



**Conselho Municipal de Educação
de Loures**

**ATA DA 1.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - MANDATO 2021/2025
DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LOURES**

No dia 23 de abril de 2024, pelas dezoito horas e quinze minutos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, deu início à 1.ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Educação de Loures (CMEL) – Mandato 2021-2025. A reunião teve lugar no Palácio dos Marqueses da Praia e de Monforte, com as seguintes presenças registadas:

Presidência do CMEL:

Ricardo Leão

Conselheiros:

Susana Amador

Nuno Leitão

Pedro Florêncio

Ricardo Marques Dias

Maria Lurdes Costa

Marta Pereira

Pedro Reis

Rui Rebelo

Patrícia Rodrigues

Marta Mouro

Miguel Aguiar

Fernanda Marques

Irene Louro

João Carvalho

Fernanda Almeida
Marilisa Cambria
Maria da Luz Fragoso Costa
Carla Maria Pimentel Luz
Ivo Cardoso
Rui de Carvalho
Magda Almeida
João Moraes
Teresa Graça
Vitor Paulo da Silva Mota
Paulo Jorge Pereira Gomes
Octávio José da Silva Inácio
Isabel Caroco
Maria Dulce da Silva Duarte
Marta Sofia Rilhó da Rocha e Silva
Ana Margarida de Almeida Rebelo
Maria Margarida Quintino Rogado
Mafalda Alemão
Susana Roque

Da parte do Programa de Saúde Escolar Concelhio estiveram ainda presentes, para além da conselheira Marta Mouro, na qualidade de convidados/especialistas:

Unidade Local de Saúde de Loures-Odivelas - Luciana Bastos, Belém Oliveira e Dulce Casalheiro.

Unidade Local de Saúde de São José - Renato Lourenço da Silva, Sílvia Gonçalves e Marta.

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1 - Tomada de posse

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, deu posse aos seguintes Conselheiros:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal – Dr.ª Susana Amador;

O Senhor Representante do Departamento Governamental Responsável pela Área da Educação
Dr. Pedro Florêncio;

O Senhor Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação – Pedro Reis.

Ponto 2 – Rede Escolar Concelhia

Apresentação de Súmula por parte do Departamento de Educação sobre a Rede Educativa do Concelho de Loures, com foco nos Equipamentos Educativos 2023 – 2024, População Escolar, evolução da População Escolar de 2019 a 2024, Proveniência dos alunos em relação à área geográfica da Escola 2023 - 2024, e projeção dos alunos para o ano letivo 2024 – 2025 (apresentação em anexo).

O Diretor Municipal de Coesão Social, António Marcelino, agradeceu aos Diretores de Agrupamento/Escola Não Agrupada e ao Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, mencionando que há um mês ocorreu uma reunião com os agrupamentos para planear o próximo ano letivo. Informou que o Departamento de Educação está a trabalhar os dados de forma mais detalhada para anteciper a pressão que a rede irá continuar a enfrentar.

Sublinhou que, no ano transato, a rede integrou 850 novos alunos após o fecho das matrículas, exigindo um grande esforço por parte dos agrupamentos para que nenhum aluno ficasse de fora. Está em curso a monitorização do crescimento e o aprofundamento dos dados disponíveis para assegurar que a Carta Educativa responda adequadamente às necessidades. Houve um investimento significativo na renovação das infraestruturas e na criação de condições para que os alunos possam permanecer no Concelho e na sua área de residência. O concelho de Loures é um dos que mais recebe alunos de 3 anos, sendo este um dado significativo. Apesar dos esforços, ainda existem desafios, como o número residual de alunos de 5 anos que não entraram na sua primeira opção no ano passado. Estão a ser encetadas diversas melhorias para dar uma resposta mais eficaz às famílias.

A Sr.ª Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Patrícia Rodrigues, destacou o esforço feito pelas IPSS para dar resposta quando a rede pública é insuficiente. Mencionou a importância de atualizar os acordos de cooperação, especialmente quando a capacidade das instituições é aumentada. Algumas instituições têm de fechar a valência “pré-escolar” para abrir creches devido à falta

de respostas nesta valência. Reforçou que as IPSS têm sido boas parceiras na resposta às necessidades das famílias.

O Sr. Representante das Juntas de Freguesia, Nuno Leitão, manifestou igualmente a sua preocupação em relação à necessidade de se rever os acordos de cooperação, destacando a importância das associações como parceiros para suprir as necessidades. Questionou o Sr. Diretor Municipal de Coesão Social sobre o impacto da integração dos 850 novos alunos, sobre quem autoriza e como se opera esse processo, devido aos impactos diretos no funcionamento das escolas. Realçou a importância de entender estas questões para um planeamento adequado.

O Sr. Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Pedro Florêncio, mencionou a pressão crescente nos últimos anos com a chegada de alunos imigrantes, especialmente na região de Lisboa e Vale do Tejo, incluindo Loures. Destacou o esforço hercúleo dos diretores para integrar estas crianças e congratulou-os pelo trabalho realizado. Houve um aumento significativo de alunos imigrantes que não estavam previstos na rede previsional. O Ministério da Educação tem reunido com diretores e municípios para planear a rede previsional de 2024/2025. Enfatizou que a integração dos alunos imigrantes é um desafio que requer a colaboração de todos. Ressaltou que os portugueses também foram imigrantes, bem como a necessidade de se unir esforços para minimizar os impactos da integração massiva de alunos. Sublinhou que não se registou qualquer tipo de constrangimento significativo na integração destes alunos, apesar de não estarem previstos na rede previsional, e que existe um conjunto de medidas no Ministério da Educação, mesmo a nível curricular, para se conseguir uma integração plena dos mesmos e das suas famílias.

A Sr.^a Diretora do Agrupamento de Escolas José Afonso, Irene Louro, expressou alguma perplexidade com as palavras do Sr. Delegado Regional, destacando que as condições no terreno são insuficientes para a integração dos muitos alunos estrangeiros recebidos este ano. Mencionou a falta de recursos e a redução do crédito horário, que compromete o sucesso educativo dos alunos.

O Sr. Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Pedro Florêncio, agradecendo a oportunidade para esclarecer algumas questões críticas, referiu que os alunos estrangeiros, tal como os alunos nacionais que se transferiram de outras regiões, não devem ser vistos como um fator de perturbação no funcionamento normal das escolas. Realçou que a presença de alunos estrangeiros não deveria ser uma desculpa para desorganização ou dificuldades no sistema educativo. A integração destes alunos é uma realidade que requer atenção e esforço colaborativo para garantir uma educação inclusiva e de qualidade. Esclareceu que o crédito horário extra concedido durante a pandemia foi uma medida excecional para

recuperar as aprendizagens perdidas. Com o fim deste período excecional, as escolas voltaram ao crédito horário normal, como era antes da pandemia. Em relação às medidas de apoio, reforçou que existem medidas e programas disponíveis que as escolas podem utilizar para apoiar a integração de alunos estrangeiros, como pacotes de medidas dinamizáveis pelas direções escolares.

A Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal de Loures, Susana Amador, destacou a importância da escola como uma referência em direitos humanos. Complementou algumas das observações feitas sobre a questão das migrações e a pressão sobre a rede educativa. Fez menção aos conflitos armados no mundo e ao elevado número de deslocados internos e refugiados, enfatizando que a Europa recebe uma fração pequena dessa população. Destacou que países como Turquia e Irão são os que mais acolhem estes refugiados. Referiu que, em Portugal, os pedidos de asilo e manifestações de interesse têm aumentado significativamente, com 2600 pedidos de asilo no ano passado e 380000 manifestações de interesse atualmente pendentes. Esta pressão afeta várias áreas, incluindo educação, saúde, alojamento e segurança social. Enfatizou que a diáspora portuguesa também é acolhida no exterior, reforçando a reciprocidade no acolhimento de estrangeiros em Portugal. Ressaltou a contribuição dos imigrantes para o desafio demográfico, afirmando que sem eles, a população estaria muito mais envelhecida. Mencionou a contribuição significativa dos estrangeiros para a segurança social, indicando que as contribuições ultrapassam os 2000 milhões de euros, enquanto os benefícios recebidos são significativamente menores. Apesar de desejar que a situação estabilize, reconheceu que enquanto os conflitos globais persistirem, a pressão continuará a ser sentida. Prosseguiu a sua intervenção destacando a importância de acolher os estrangeiros com dignidade e reconhecendo o esforço contínuo para integrar essas crianças e jovens na sociedade portuguesa.

A Sr.^a Diretora do Agrupamento de Escolas José Afonso, Irene Louro, esclareceu que o objetivo não era naturalmente pôr em causa o acolhimento de alunos estrangeiros no Concelho, mas sim solicitar melhores condições nas escolas para lidar com essa realidade.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, reforçou que não interpretou as palavras da Sr.^a Diretora do Agrupamento de Escolas José Afonso como uma crítica ao acolhimento, mas sim como uma constatação de um problema real. Mencionou uma visita recente à Escola Mário Sá Carneiro, onde se discutiu a complexidade de gerir uma escola com quase 30 nacionalidades diferentes. Relatou as dificuldades que os professores enfrentam devido à barreira linguística. Enfatizou a importância dos programas de apoio para minimizar o impacto da diversidade nas escolas e sugeriu que as direções escolares acedam a esses programas para enfrentar melhor os desafios diários. Destacou ainda o papel que as IPSS desempenharam nas décadas de 90 e início dos anos 2000, especialmente no atendimento às

necessidades de educação pré-escolar, antes da ampliação da rede pública. Enfatizou a importância de se considerar sempre a proximidade e oferta das IPSS ao planear a construção de novas escolas, para evitar duplicações e uma competição desnecessária com a rede pública.

Destacou que a pressão no primeiro ciclo é significativa, mas diminui progressivamente nos níveis seguintes, sendo mínima no ensino secundário. Propôs uma melhor utilização dos recursos existentes nas escolas secundárias, que frequentemente estão abaixo de sua capacidade máxima. Sugeriu a possibilidade de transferir alunos do primeiro ciclo para essas escolas, libertando espaço nas escolas básicas para requalificação e ocupação mais eficiente. Mencionou a necessidade de campanhas de sensibilização para incentivar os alunos a permanecerem nas escolas secundárias locais, evitando a migração para Lisboa. Informou sobre as futuras intervenções no parque escolar, especialmente no ensino secundário, e a necessidade de uma reflexão conjunta com diretores de agrupamentos e pais para encontrar soluções viáveis e economicamente sustentáveis. Reafirmou que, embora a construção de novas infraestruturas escolares possa ser necessária, deve ser uma última opção devido aos elevados custos. Priorizar a requalificação e a melhor utilização das instalações existentes é crucial para uma gestão pública eficiente.

A Sr.ª Diretora do Agrupamento de Escolas de São João da Talha, Maria da Luz Costa, relativamente à questão sobre a multiculturalidade nas nossas escolas, solicitou a palavra para dar nota de um projeto que está a ser implementado com sucesso no seu Agrupamento. O Projeto "Acolher e Saber Mais" foi criado com o objetivo de melhor enfrentar o desafio do número crescente de alunos migrantes nas escolas do Agrupamento. O projeto trabalha a integração dos alunos através das artes, o que facilita a sua adaptação cultural e linguística. Colaboram estreitamente com o centro de apoio à aprendizagem para fornecer suporte adicional. Utilizam salas especializadas para oferecer um ambiente mais adaptado às necessidades dos alunos migrantes. Graças a esse projeto, tem-se conseguido obter resultados muito positivos. Há uma grande articulação entre os diferentes componentes do projeto e os seus alunos migrantes. Embora os alunos tenham uma turma designada, eles só integram plenamente a turma quando dominam adequadamente o português e certos conceitos essenciais. A Sr.ª Diretora do Agrupamento considera importante partilhar esta experiência, pois a mesma pode servir de modelo para outras escolas que enfrentam desafios similares.

A Sr.ª Diretora da Escola Secundária de Camarate, Teresa Graça, referiu que, talvez, a Prof.ª Irene Louro não tenha sido corretamente interpretada no que concerne ao crédito horário. A partir da sua experiência na Escola Secundária de Camarate, referiu que a sua principal preocupação não são os alunos que não falam português, mas sim os alunos estrangeiros falantes de português. Esses são os que mais nos preocupam, especialmente os alunos oriundos dos países PALOP (Países Africanos de Língua Oficial

Portuguesa). Quando esses alunos ingressam no nosso sistema de ensino, eles passam por um processo de equivalência que, muitas vezes, não reflete a realidade das suas aprendizagens. Um aluno pode ter equivalência ao 9.º ano, mas, na prática, as suas competências e conhecimentos correspondem ao 6.º ano de escolaridade. Esses alunos estão numa situação em que não se trata apenas de recuperar aprendizagens, mas de aprenderem conteúdos que nunca tiveram oportunidade de aprender adequadamente.

Este cenário é verdadeiramente preocupante e angustiante para os educadores. Diariamente, novos alunos chegam às escolas e enfrentam este desajuste entre as suas equivalências académicas e as suas reais capacidades. No que diz respeito aos alunos estrangeiros não lusófonos, a lei prevê mais horas de apoio para alunos estrangeiros que não falam português como língua materna. Estes alunos podem ter mais aulas de português e podem ser temporariamente retirados de algumas disciplinas para se focarem na aprendizagem da língua. No entanto, para os alunos oriundos dos PALOP, que falam português, esta mesma situação de apoio não está prevista na legislação. Isso deixa um vazio no suporte que estes alunos necessitam para alcançar um nível adequado de aprendizagem.

Ponto 3 – Semestralidade

Apresentação de Súmula pela Divisão de Intervenção Socioeducativa do Estudo sobre a Reorganização do Calendário Escolar/Organização do Ano Letivo por Semestres no Concelho de Loures, elaborado pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (apresentação em anexo).

O Sr. Diretor Municipal de Coesão Social, António Marcelino, reforçou alguns aspetos relativos à semestralidade. Sendo esta um instrumento pedagógico e de gestão curricular, a sua adoção e gestão recaem sobre os diretores e os órgãos das escolas. A Câmara Municipal tem assumido um papel meramente facilitador, disponibilizando-se desde o início do ano passado para colaborar naquilo que fosse necessário.

Foram realizadas reuniões com o então Secretário de Estado, João Costa, e com a equipa do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Este Instituto já havia realizado um estudo semelhante em Odivelas, Almada e Oeiras, analisando o impacto da semestralidade. Esses estudos demonstraram um impacto positivo nos agrupamentos de escolas, e, também em Loures, se procurou realizar um estudo cuidadoso antes de uma tomada de decisão sobre o assunto. No final deste primeiro ano, é ainda muito cedo para avaliar o impacto total desta medida. Como é sabido, em educação e ciências sociais, os efeitos demoram a ser plenamente percebidos. No entanto, é fundamental manter a qualidade e o rigor na

informação fornecida. Sublinha-se, uma vez mais, que a Câmara Municipal não é responsável pela implementação da semestralidade nas escolas – que não haja equívocos sobre esta matéria. A decisão de adotar a semestralidade cabe às escolas, e a Câmara Municipal apenas apoia com recursos necessários, como a articulação das refeições, transportes e outros serviços logísticos.

O papel da Autarquia é apoiar as decisões das escolas e garantir que todos os aspetos práticos e logísticos estejam devidamente coordenados. Continuaremos a apoiar esta iniciativa e, em breve, disponibilizaremos os resultados do estudo do Instituto de Educação, após uma revisão para garantir o rigor das informações.

A Sr.^a Diretora do Agrupamento de Escolas de São João da Talha, Maria da Luz Costa, congratulou o Instituto de Educação pela realização do estudo. Considerou que o estudo está muito bem feito, especialmente nas recomendações que indicam que a semestralidade, por si só, não possui um valor particularmente interessante. A semestralidade deve estar ligada à inovação e mudança, assegurando que todas as partes envolvidas estejam devidamente informadas e integradas no processo de mudança.

O Sr. Representante dos Docentes do Ensino Básico do Concelho, Ricardo Marques Dias, salientou a importância de se sensibilizar o Ministério da Educação para a necessidade de se adaptar a legislação na área da educação às especificidades locais e contextuais. Considera crucial que a legislação acompanhe as realidades e necessidades dos agrupamentos de escolas. Destacou a preocupação com a discrepância entre os calendários escolares dos concelhos vizinhos, como Odivelas, afetando famílias com filhos em diferentes concelhos. Propôs a harmonização dos calendários escolares para facilitar a vida das famílias.

O Sr. Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação, Rui Rebelo, agradeceu à Câmara pela partilha de informações sobre a semestralidade. Enfatizou a importância do conhecimento integral do estudo por parte dos pais para gerar opiniões fundamentadas. Apontou que a falta de informação produz opiniões baseadas em perceções individuais e apelou à partilha do estudo para uma reflexão séria e informada. Sugeriu que cada agrupamento leve o tema aos seus Conselhos Gerais para discutir e perceber o sentimento e possíveis melhorias.

O Sr. Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas Luís Sttau Monteiro, Vitor Mota, partilhou algumas reflexões sobre a semestralidade baseadas na experiência de quase dois anos com este modelo no seu agrupamento. Inicialmente favorável à semestralidade, reconsiderou a sua posição devido a constrangimentos práticos entretanto constatados. A mudança de modelo não garante evolução no pensamento dos professores, podendo manter métodos antigos. Destacou uma maior

difficuldade na avaliação dos alunos e o maior cansaço pela falta dos intervalos que existiam com os três períodos. Sugeriu que a modernização deve ocorrer independentemente do modelo adotado e considerou que o modelo trimestral pode ser mais claro e eficaz para a progressão dos alunos.

A Sr.^a Diretora do Agrupamento de Escolas da Bobadela, Fernanda Almeida, referiu que o seu Agrupamento foi um dos primeiros a adotar a semestralidade, associando-a a um plano de inovação monitorizado pelo Agrupamento, pela Equipa do Ministério da Educação e por vários outros organismos. Salientou a importância da evolução contínua dos professores e a necessidade de alterar os critérios e instrumentos de avaliação. Mencionou que os alunos do seu Agrupamento já estão perfeitamente adaptados à semestralidade após quatro anos de implementação.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, reforçou que o debate sobre a semestralidade não é consensual e que as decisões precisam ser fundamentadas e estudadas. A importância de relatos como o do Prof. Vítor Mota foi sublinhada, destacando a necessidade de se considerar o desgaste emocional e físico dos alunos. A Câmara vai continuar a acompanhar e a avaliar a situação, com uma ideia de avaliação contínua, mas não eterna, buscando um ponto de decisão com base numa opinião generalizada e informada.

Ponto 4 – Saúde em Contexto Escolar

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, agradeceu a presença das Equipas de Saúde Escolar da Unidade Local de Saúde de Loures-Odivelas e da Unidade Local de Saúde de São José, representadas pela Dr.^a Luciana Bastos e pelo Dr. Renato Lourenço da Silva.

A Chefe da Divisão de Intervenção Socioeducativa apresentou um resumo dos projetos desenvolvidos pela sua Divisão, pela Divisão de Ação Social Escolar, pela Divisão de Desporto e pela Divisão de Saúde da Câmara Municipal, destacando o trabalho das Equipas Multidisciplinares. Atualmente, há 28 técnicos superiores de psicologia ou ação social distribuídos pelos diversos Agrupamentos de Escolas no Concelho, desenvolvendo projetos voltados à educação e promoção da saúde.

Projetos Destacados:

Saúde Mental: 12 projetos, como "Como Nos Sentimos" e "Aventura das Emoções".

Promoção de Competências Pessoais e Sociais: 22 projetos, como "O Irre e o Quieto" e "Juntos Crescemos Melhor".

Prevenção de Bullying: 5 projetos, como "D@ Rosa a@ Azul", focado em igualdade de género.

Sexualidade Saudável: Programa "Alto lá!" de prevenção de abuso sexual.

Prevenção de Comportamentos de Risco: "Castelos de Risco" em parceria com a Arisco.

Projeto Hidroterapia: Abrange cerca de 400 crianças e jovens.

Na Divisão de Ação Social Escolar, destacou-se o papel das nutricionistas no acompanhamento das refeições escolares e promoção da alimentação saudável. Na Divisão de Desporto, foi destacada a articulação com o Departamento de Educação no âmbito do projeto "Loures Educa com Desporto", direcionado ao primeiro ciclo, com modalidades como Natação, Rugby, Basquetebol, Ténis e Caminhadas. Na Divisão de Saúde, destacaram-se projetos como "Era uma Vez os Afetos", "Contar Carneirinhos", "Trocas e Banhocas", "NutriAventuras", "Pele em Jogo" e "Horas d'Empatia".

O Sr. Presidente da Câmara, Ricardo Leão, sublinhou a importância de refletir sobre a eficácia dos cerca de 50 projetos desenvolvidos, representando um investimento municipal de cerca de 350.000€. Questionou a eficiência na alocação dos recursos e a adequação dos projetos às necessidades das escolas. Pediu a opinião das unidades locais de saúde para avaliar e melhorar a implementação dos projetos.

A Sr.ª Coordenadora do Programa de Saúde Escolar da Unidade Local de Saúde de Loures-Odivelas, Luciana Bastos, destacou a diversidade e qualidade dos projetos apresentados pela Câmara, mas enfatizou a importância de alinhar essas intervenções com as necessidades específicas das populações escolares. Propôs uma melhor articulação entre todas as partes envolvidas para otimizar recursos e abordar áreas desatendidas.

A Sr.ª Representante dos Serviços Públicos de Saúde, Marta Mouro, referiu que o Programa Nacional de Saúde Escolar opera em quatro eixos principais: capacitação da comunidade educativa, promoção da saúde e prevenção da doença, promoção de um ambiente escolar seguro e apoio a crianças vulneráveis e com necessidades especiais de saúde. Informou que a Saúde Escolar da Unidade Local de Saúde de Loures-Odivelas, em 2022-2023, elaborou 554 PSEs (Planos de Saúde Escolar) nos concelhos de Loures e Odivelas para alunos identificados com necessidades de saúde especiais. Isso envolveu múltiplas intervenções e reuniões para gerir situações complexas. Em Loures, referenciaram até março de 2024, 269 alunos de 5 agrupamentos escolares. Sublinhou igualmente a necessidade de se melhorar a interação e sinergia com os parceiros locais. Informou ainda que irão realizar, no próximo dia 6 de junho, no auditório do Pavilhão Multiusos em Odivelas, o 3.º Encontro de Saúde Escolar Loures e Odivelas.

A Enf.ª Dulce Casaleiro, do Programa de Saúde Escolar da Unidade Local de Saúde de Loures-Odivelas, mencionou a importância de evitar a duplicação de projetos, focando em áreas como a saúde mental, a

sexualidade, o tabagismo, as dependências, a alimentação e a atividade física. Destacou o "Mús Contigo", projeto focado na prevenção de comportamentos suicidários e tabagismo.

O Sr. Coordenador do Programa de Saúde Escolar da ULS São José, Renato Lourenço da Silva, ressaltou a pressão crescente devido ao aumento de alunos com necessidades de saúde especiais e a importância da colaboração entre todos os atores da comunidade para alcançar melhores resultados. Destacou a necessidade de integrar cuidados de saúde e promover a saúde e prevenção da doença.

A Enf.^a Sílvia Gonçalves destacou os desafios enfrentados pelas equipas de saúde escolar devido à escassez de recursos e ao elevado número de alunos. Enfatizou a necessidade de apoio especializado para crianças com patologias e a importância de evitar hospitalizações através do acompanhamento contínuo nas escolas.

O Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas Luís de Sítua Monteiro, João Morais, levantou questões sobre a legislação referente aos assistentes operacionais que prestam apoio a crianças com necessidades de saúde especiais, destacando a sobrecarga e os riscos envolvidos nas tarefas realizadas sem formação adequada.

O Sr. Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Pedro Florêncio, reconheceu a complexidade dos desafios enfrentados pelas escolas e a necessidade de preparar melhor os assistentes operacionais para novos desafios. O Ministério da Educação reconhece a importância do perfil dos assistentes operacionais, que hoje precisam de estar preparados para novos desafios. Sobre o rácio e a portaria 272/A, refere que o problema não é o rácio ou a portaria, mas sim o volume dos "trabalhos moderados" e o forte absentismo dos assistentes operacionais, devido à idade que possuem e aos problemas de saúde, sendo imprescindível que as Câmaras Municipais atestem ou definam o "perfil" dos mesmos no processo de contratação.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Leão, sublinhou que o "perfil" exigido é o que consta já na lei. O problema que é nacional e não só no Concelho de Loures, é a necessidade urgente de se reformular a portaria. A quantidade de assistentes que a portaria determina é insuficiente e precisa ser revista. A Câmara Municipal de Loures, por exemplo, assume neste momento 57 assistentes operacionais acima do rácio legal para compensar essas ausências e baixas médicas. Tal não se trata de uma obrigação da Câmara, mas uma medida que adotamos para minimizar o impacto nas escolas. Esse esforço representa para o orçamento municipal cerca de 600.000 euros por ano, que poderiam ser gastos noutras áreas.

Referiu que a questão do perfil, como mencionado pelo senhor Diretor, é importante, mas o problema principal é a portaria. Felizmente, a Câmara Municipal de Loures tem essa visão e está a tomar medidas para corrigir a situação, mas nem todos os municípios têm essa capacidade ou visão. Portanto, a revisão da portaria é urgente.

Quanto aos assistentes operacionais que realizam tarefas além das suas competências, como por exemplo esvaziamento vesical, é uma situação muito preocupante. Essas pessoas são verdadeiras heroínas, mas estão a arriscar muito. Se algo correr mal, a responsabilidade recai sobre elas e isso é inaceitável. Esse tipo de tarefa não deve ser realizado por assistentes operacionais sem a devida formação e sem um suporte legal adequado.

A Sr.^a Inf.^a Dulce Casaleiro, do Programa de Saúde Escolar da Unidade Local de Saúde de Loures-Odivelas, referiu que Professor João Morais levantou uma questão muito relevante sobre as responsabilidades dos assistentes operacionais em situações de risco. Estão conscientes de que, se algo correr mal, a responsabilidade pode recair também sobre elas. É uma preocupação que compartilham. O papel dos enfermeiros da equipa de saúde escolar inclui formar assistentes operacionais, pais e cuidadores para lidar com essas situações, mas há limitações.

Salientou-se que os procedimentos são realizados com o consentimento dos pais, que assinam o Plano de Saúde Individual (PSI), o que implica uma corresponsabilização. Contudo, é conhecido que isso não resolve todos os problemas e a portaria precisa ser revista para assegurar que as tarefas realizadas pelos assistentes sejam devidamente regulamentadas e seguras.

A Sr.^a Representante dos Serviços Públicos de Saúde, Marta Mouro, salientou igualmente que todos os procedimentos aludidos ocorrem com um PSI instituído, onde há uma delegação de responsabilidades. Os pais autorizam estas práticas porque são necessárias para os seus filhos. Portanto, existe uma corresponsabilização. Não obstante, reconhecemos que isso não elimina todas as preocupações e riscos envolvidos, e precisamos de soluções estruturais para estas questões.

O Sr. Representante dos Docentes do Ensino Básico, Ricardo Marques Dias, referiu que na sua Escola a palavra-chave também é a "inclusão". Há uma sala/unidade para crianças com necessidades de saúde especiais. Temos dois meninos diabéticos, mas apenas um tem equipamento que avisa quando medir a glicose. Apesar das formações e do apoio da equipa da saúde escolar, é muito difícil na prática. Por exemplo, depois de uma formação para medir glicose, uma semana depois, uma aluna teve uma crise e a assistente operacional que estava com ela ficou muito nervosa. A teoria é muito diferente da prática e há

uma grande responsabilidade em lidar com estas situações. Há uma pressão enorme para quem tem que dar a cara perante os encarregados de educação.

Aproveitou ainda a oportunidade para levantar uma questão adicional, que é importante debater neste Conselho Municipal: as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Considera que seria benéfico integrar projetos importantes nas AEC. Embora o parceiro atual faça um ótimo trabalho, é muito difícil encontrar técnicos ou professores qualificados para dar essas aulas por apenas uma hora por semana. É algo que precisamos considerar para o futuro.

O Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas Luís de Sttau Monteiro, João Morais, referiu, a propósito dos alunos diabéticos com e sem aparelhos para monitorizar a glicose, que tem um aluno que é alertado através do telemóvel, sendo que o Júri Nacional de Exames não permite que o aluno tenha o telemóvel na sala de exame, mesmo que seja para monitorizar a glicose. Dêsseram-no, em resposta a um e-mail, que o aparelho deveria ficar fora da sala. É uma situação triste e preocupante.

O Sr. Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Pedro Florêncio, referiu que o assunto colocado pelo Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas Luís de Sttau Monteiro era sério e que agradecia que reencaminhasse para si o e-mail em questão, para que possa resolver a situação.

O Sr. Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação, Rui Rebelo, por um lado, deu nota das reuniões que têm realizado com as 42 APEE do Concelho, por outro, que o assunto dos assistentes operacionais é sempre o primeiro ponto de discussão. Toda a comunidade reconhece que a portaria precisa ser revista há anos. Sublinhou que é necessário que exista a esperança de que algo vai mudar. Quando não há esperança, torna-se difícil estabelecer o diálogo.

Destacou que os assistentes operacionais não possuem, de acordo com legislação enquadradora, representação no próprio Conselho Municipal de Educação. Não deixa de ser curioso que tão importante parte da comunidade escolar não tenha representação direta no órgão.

Referiu que o apoio dos assistentes operacionais nas escolas é absolutamente indispensável. Referiu que as APEE também entendem que a portaria precisa ser revista não apenas em relação aos rácios, mas igualmente em relação à sua objetividade e clareza. É indispensável que seja claro e objetivo o número de assistentes operacionais que são necessários em cada agrupamento.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Leão, voltou a reforçar a ideia de que o rácio é insuficiente e a portaria precisa ser revista. Atualmente, a Autarquia assume 57 assistentes operacionais acima do rácio legal, o que representa uma despesa de 600 mil euros anuais. Esta medida da autarquia minimiza os problemas causados pelas altas taxas de absentismo e baixas prolongadas, mas não resolve a questão central. A verdadeira solução está na alteração da portaria.

A Sr.^a Representante dos Docentes da Educação Pré-Escolar, Lurdes Costa, fez igualmente referência à questão dos assistentes operacionais, especialmente aqueles designados para prestar apoio direto a crianças com necessidades de saúde especiais profundas em salas de educação pré-escolar. Considera que, muitas vezes, esse apoio específico não está presente. Considera que existem assistentes operacionais conforme a lei, mas que não há um acréscimo para atender crianças com necessidades de saúde especiais. Tal sobrecarrega os assistentes operacionais existentes, que muitas vezes se dedicam além do esperado, mas claramente há necessidade de mais assistentes operacionais para atender a essas crianças de forma adequada. Considera fundamental lembrar que é um direito das crianças com necessidades de saúde especiais ter acesso a uma escola inclusiva. Quando se diz que temos uma escola inclusiva, isso deve significar que temos as respostas adequadas às necessidades de cada aluno. Se não conseguimos proporcionar o apoio necessário, não estamos a ser verdadeiramente inclusivos. Não podemos chamar isso de inclusão se não estamos a oferecer as condições necessárias para o aluno prosperar.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Leão, em relação aos projetos de saúde e desporto nas escolas, destacou que a Autarquia investe mais de 300 mil euros por ano e que é muito importante que a Câmara e os Agrupamentos de Escolas, possam, em conjunto, avaliar a eficácia desses projetos. É preciso garantir que não se está a duplicar esforços e recursos de forma desnecessária.

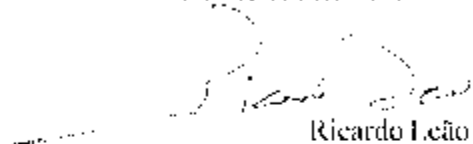
O Sr. Diretor Municipal de Coesão Social, António Marcelino, destacou que será necessário continuar a trabalhar em conjunto, e que tal é indispensável para alcançar melhores resultados. A elaboração de um plano municipal para a saúde em contexto escolar seria um excelente instrumento de referência para todos. Também fez menção à questão da obesidade. Intervenções na escola podem, a médio prazo, poupar muito ao sistema nacional de saúde. A alimentação nas escolas tem vindo sempre a mudar, e isso é um bom sinal.

A questão do *bullying* é algo que também está a ser abordada em várias frentes: PSP, GNR, Departamento de Educação, Agrupamentos de Escolas, Saúde. Precisamos de uma intervenção mais coordenada. Por fim, foi ainda referido que se solicitou aos Diretores de Agrupamentos que pudessem identificar 5

grandes prioridades no plano de Educação para a Saúde, para que possamos trabalhar nelas. Espero que, numa próxima reunião, se possam discutir essas mesmas prioridades e procurar encontrar as soluções eficazes.

Eram vinte horas e trinta e cinco minutos quando o Sr. Diretor Municipal de Coesão Social, António Marcelino, em nome do Sr. Presidente, declarou encerrada a Reunião.

O Sr. Presidente do CMEL



Ricardo Leão

Loures, 23 de abril de 2024



Conselho Municipal de Educação
de Loures 2021-2025

1.ª Reunião Extraordinária Mandato 2021-2025

Às _____ horas foi aprovada e assinada esta minuta/ata, dando-se por encerrada a reunião, a qual foi subscrita por todos os presentes:

O Presidente do CMEL, Ricardo Leão

Susana Amador

Nuno Leitão

Pedro Florêncio

Luís Filipe Roque

Ricardo Marques Dias

M^ª Lurdes Costa

Marta Pereira

Pedro Reis

Rui Rebelo

Patrícia Rodrigues

Marta Moura

Catarina Magalhães

Serviços Emprego e Formação

Eduarda Marques

Pedro Almeida

Joaquim Sardinha

Rafael Simões

Ivo Cardoso

Rene Louro

João Carvalho

Nuno Correia

Fernanda Almeida

Cristina Marques

Marilisa Cambrão

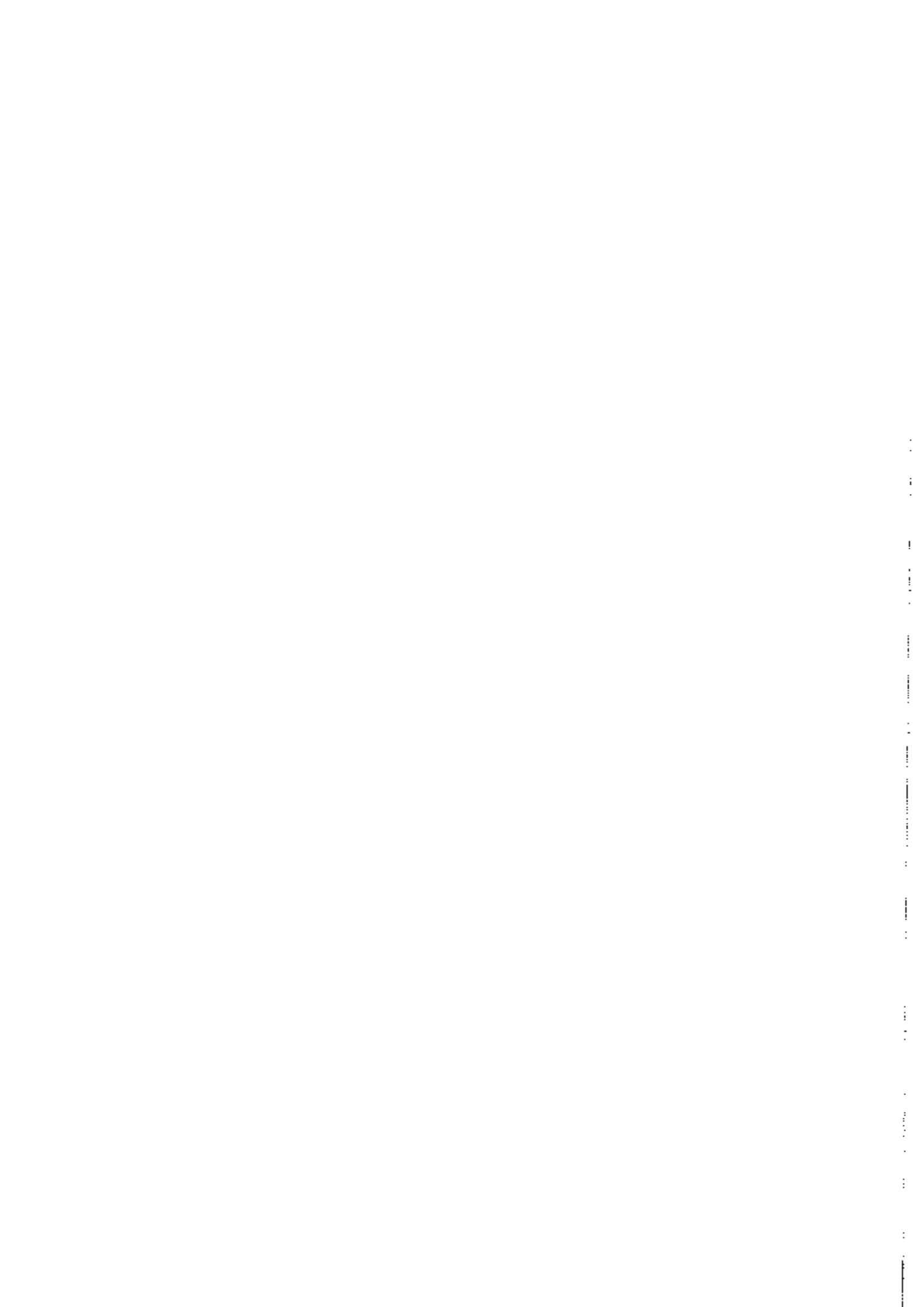
Nuno Reis

Maria da Luz Fragoso Costa

Carla Maria Pimentel Luz

Paula Cristina Natálio

Magda Almeida



João Morais

Teresa Graça

Vitor Paulo da Silva Mota

Paulo Jorge Pereira Gomes

António Morgado

Octávio José da Silva Inácio

Fernanda Manuela Duarte Lima

Representante Conselho Pedagógico AEEG

Maria Gabriela Alves

Isabel Carço

Maria Dulce da Silva Duarte

Marta Sofia Rêlhô da Rocha e Silva

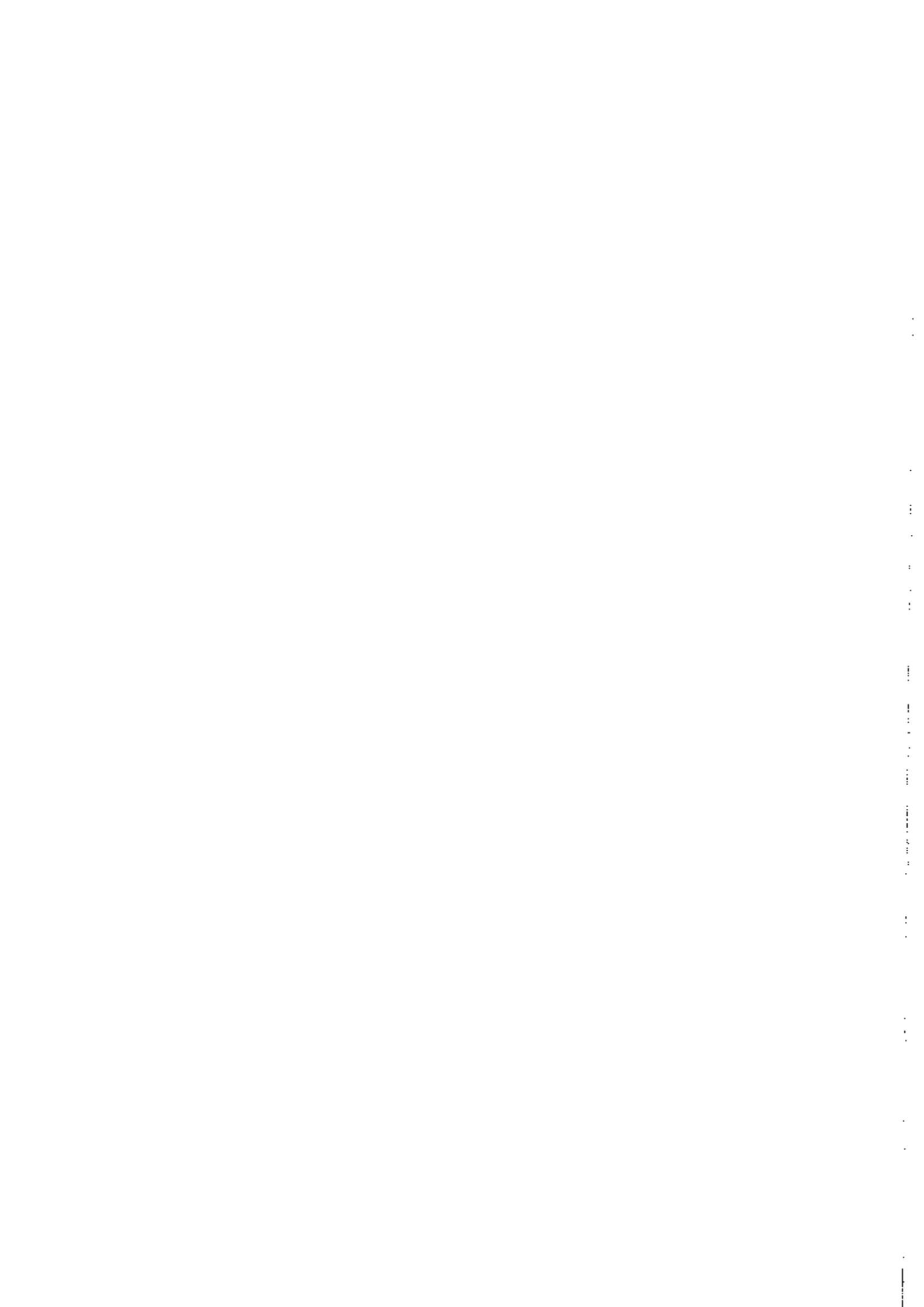
Ana Margarida de Almeida Rebelo

Maria Margarida Quintino Rogado

Mafalda Alemão

Maria do Céu Carreira Lopes

Renata Lourenço da Silva (CESS 800)



Rede Escolar



- Equipamentos Educativos
- População Escolar
- Rede Pública 2023 - 2024

Fontes dos dados:

IGEFE – 2019/2020, 2020/2021 e 2021/2022;

Câmara Municipal Loures – DE (fichas caracterização AE e ENA) – 2022/2023;
Plataforma SIGA – 2023/2024.

Os dados referentes aos anos de 2022 a 2024 não são consolidados estatisticamente.

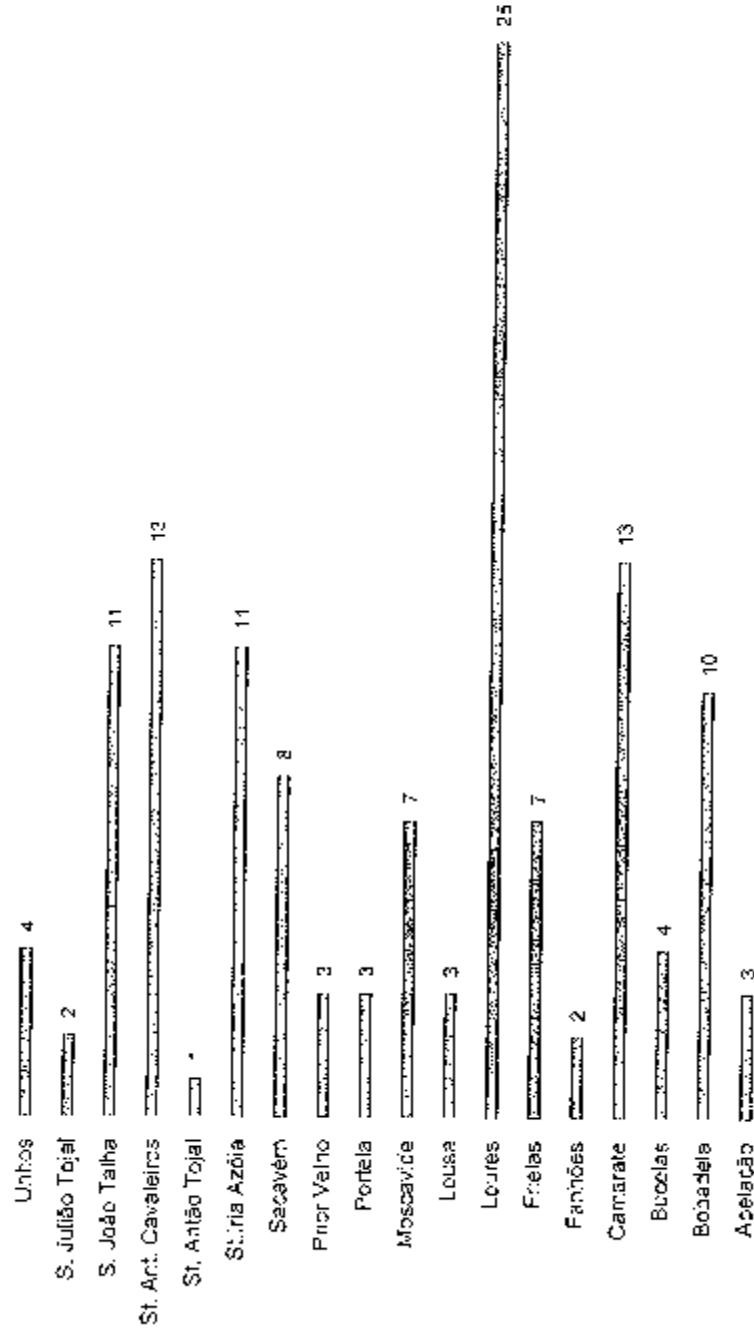
A projeção para 2024/2025 tem por base o número de turmas referido no relatório da DGESTF de 2 de fevereiro de 2024

A necessidade da

adequação da oferta educativa obriga a um processo anual de planeamento, avaliação e ajustamento da rede educativa.

Abril de 2024

Localidade



Equipamentos Públicos e Privados

A maior concentração dos equipamentos educativos verifica-se na localidade de Loures.

A menor concentração de equipamentos educativos verifica-se na localidade de Santo Antão do Tojal.

Densidade populacional (hab/km^2) – 1218

Total residentes – 203.724

0 – 14 anos: 30.740

15 – 24 anos: 21.514

65 ou mais anos: 45.893

Taxa de crescimento natural anual – 0,0%

Taxa de crescimento efetivo anual – 0,5%
(corresponde a cerca de 101.862 habitantes)

1. 1
 2. 2
 3. 3
 4. 4
 5. 5
 6. 6
 7. 7
 8. 8
 9. 9
 10. 10
 11. 11
 12. 12
 13. 13
 14. 14
 15. 15
 16. 16
 17. 17
 18. 18
 19. 19
 20. 20
 21. 21
 22. 22
 23. 23
 24. 24
 25. 25
 26. 26
 27. 27
 28. 28
 29. 29
 30. 30
 31. 31
 32. 32
 33. 33
 34. 34
 35. 35
 36. 36
 37. 37
 38. 38
 39. 39
 40. 40
 41. 41
 42. 42
 43. 43
 44. 44
 45. 45
 46. 46
 47. 47
 48. 48
 49. 49
 50. 50
 51. 51
 52. 52
 53. 53
 54. 54
 55. 55
 56. 56
 57. 57
 58. 58
 59. 59
 60. 60
 61. 61
 62. 62
 63. 63
 64. 64
 65. 65
 66. 66
 67. 67
 68. 68
 69. 69
 70. 70
 71. 71
 72. 72
 73. 73
 74. 74
 75. 75
 76. 76
 77. 77
 78. 78
 79. 79
 80. 80
 81. 81
 82. 82
 83. 83
 84. 84
 85. 85
 86. 86
 87. 87
 88. 88
 89. 89
 90. 90
 91. 91
 92. 92
 93. 93
 94. 94
 95. 95
 96. 96
 97. 97
 98. 98
 99. 99
 100. 100

Inscritos (%)

g) O número de inscritos na Rede Privada corresponde a 17 % face aos 83% da Rede Pública.

A representatividade da Redo Privada é mais significativa na oferta da educação pré-escolar.

0034

Rede Privada	17%
--------------	-----

Os dados reportam ao ano letivo 2021/2022

Inscritas por Nivel de Ensino

Total de inscritos na rede: 28.011

Inscritos na rede privada: 4.857

Inscritos na rede pública: 23.154

Taxa bruta da pré-escolarização: 86,1%

Taxa bruta de escolarização no EB: 103.9%

Taxa bruta de escolarização no ES: 78,8%

Taxa de retenção e desistência no EB: 5.7%

2945	7107	5371	3888
	..		3849

3843

2351	909	507	609	481
EE	1 ^o CER	2 ^o CER	3 ^o CER	ES

2003

20

2003

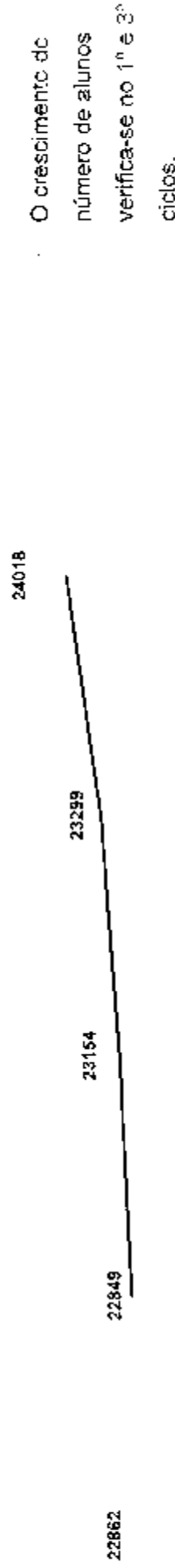
-- Rede Privada .. Rede Pública

Rede Escolar Pública

- Evolução da população escolar
2019 - 2024

Relatório de Acompanhamento da Evolução da População Escolar – 2018 a 2024

População escolar nos últimos 5 anos



	2018-2020	2020-2021	2021-2022	2022-2023	2023-2024
--	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

	EPE	1º CEB	2º CEB	3º CEB	ES	A taxa de evolução de alunos resulta da relação entre a diferença de inscrites no último ano letivo e 1º ano de comparação, por níveis de ensino
2023-2024	2817	7654	3746	5933	3868	A taxa de evolução do ES é de 4%.
2022-2023	2870	7081	3840	5572	3936	
2021-2022	2945	7107	3843	5371	3888	
2020-2021	2868	8991	3735	5451	3804	
2019-2020	2749	7231	3756	5322	3704	
A taxa de evolução do EPE é de 2%. A taxa de evolução do 1º CEB é de 5%. A taxa de evolução do 2º CEB é de -1%. A taxa de evolução do 3º CEB é de 10%.						

1.º ano
 2.º ano
 3.º ano
 4.º ano
 5.º ano
 6.º ano
 7.º ano
 8.º ano
 9.º ano
 10.º ano
 11.º ano
 12.º ano

2075 2067

1.º ano
 1918
 1885
 1907
 1837
 1915
 1923
 1886
 1867
 1823
 1837
 1759

5.º ano

1800
 1638
 1571
 1519
 1510
 1441
 1441

7.º ano

10.º ano

2019-2020
 2020-2021
 2021-2022
 2022-2023
 2023-2024

Direção Municipal da Coesão Social | Departamento de Educação – Planejamento da Rede Escolar

Rede Escolar Pública

- 2023 - 2024

Proveniência dos alunos face à área geográfica da
Escola

- Prospeção para 2024 – 2025

Alunos do
Concelho
26%

Em 2023/2024 a proveniência dos alunos do Concelho representa
cerca de 91% do total de alunos registados na plataforma SIGA
(24. 018 alunos)

Fonte: SIGA - janeiro de 2024

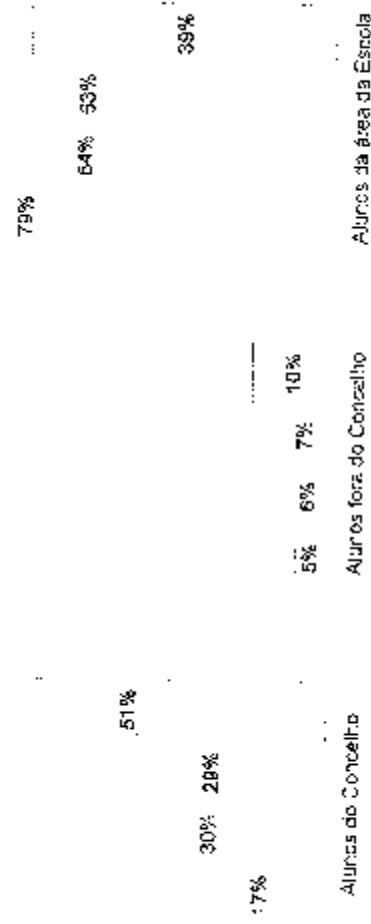
Alunos fora do
Concelho
9%

Alunos da área
da Escola
65%

	Alunos (%)
EPE	12%
1º CEB	32%
2º CEB	16%
3º CEB	25%
Ensino Secundário	16%

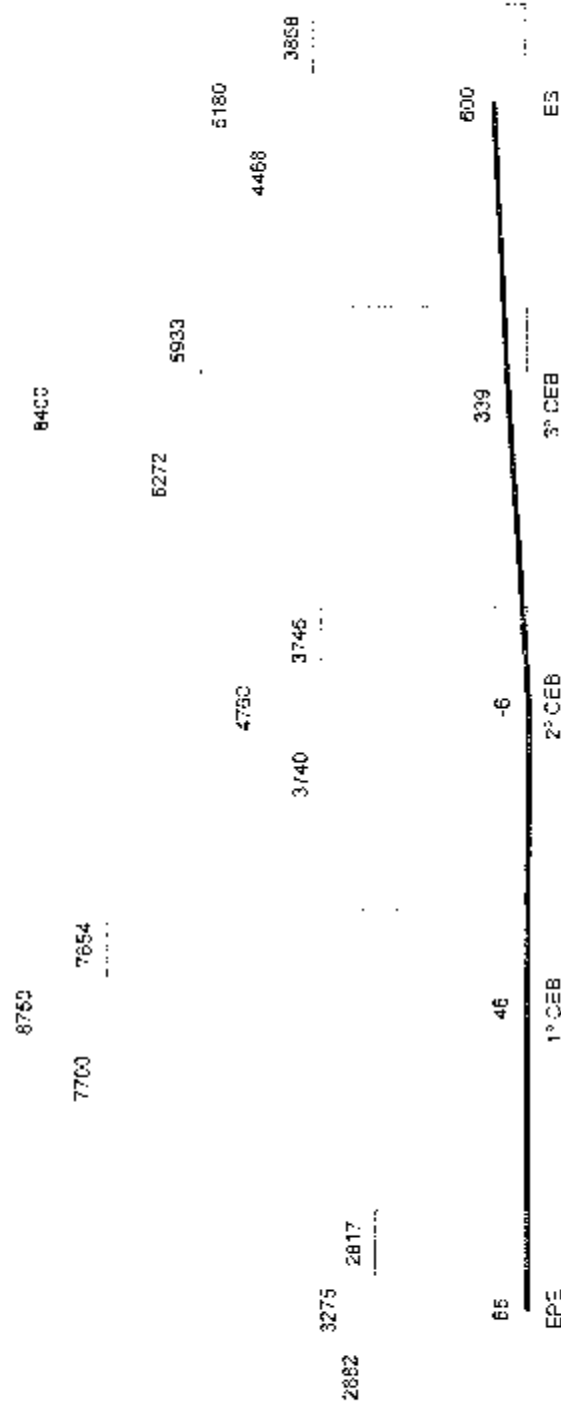
Proveniência do aluno face à localização da escola – Transição entre ciclos do ensino

	Alunos do Concelho	Alunos fora do Concelho	Alunos da área da Escola	Total
1º Ano	306	85	1436	1827
5º Ano	534	111	1136	1781
7º Ano	603	150	1300	2053
10º Ano	769	157	589	1515



No 1º ano escolar a procura de oferta educativa está relacionada com a proximidade geográfica dos alunos com a escola.

1. A prospeção dos alunos para o ano letivo 2024 - 2025 tem por base o número de turmas projetado na reunião com a DGESTE realizada em fevereiro de 2024.
- O número médio de alunos corresponde ao valor análogo em 2023 - 2024.
- O número máximo de alunos corresponde ao número máximo possível por grupo/turma.



Nr. Médio de alunos (nr. Turmas * média alunos por turma)

Nr. máximo de alunos (nr. Turmas * máximo alunos)

--- Nr. De alunos em 2023 - 2024

— Diferença entre a projeção do nr. Médio de alunos e Nr. Alunos de 2023-2024



Avaliação Semestralidade

ENVOLVER. IMPULSIONAR E TRANSFORMAR

No ano letivo 2022/2023, foi implementado o regime semestral em todos os Agrupamentos Escolares (AE) e Escola Secundária Não Agrupada (ENA) conforme decisão conjunta e consensual destas entidades, apoiada pelo Município

ENQUADRAMENTO

Portaria n.º 181/2019 de 11 de junho
Despacho n.º 8356/2022, de 8 de julho

Reuniões com a tutela e academia

Avaliação e monitorização - Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IE).



Relativamente à aplicação dos questionários, obteve-se um total de

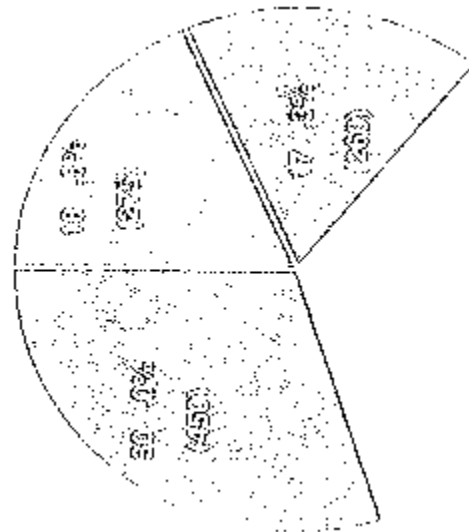
1499 dos alunos,

952 de professores

3184 de pais/EE.



ALUNOS



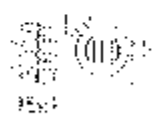
1.º ciclo

2.º ciclo

3.º ciclo

Secundário

Gráfico 1 - Distribuição dos alunos respondentes por ciclo de escolaridade



ALUNOS

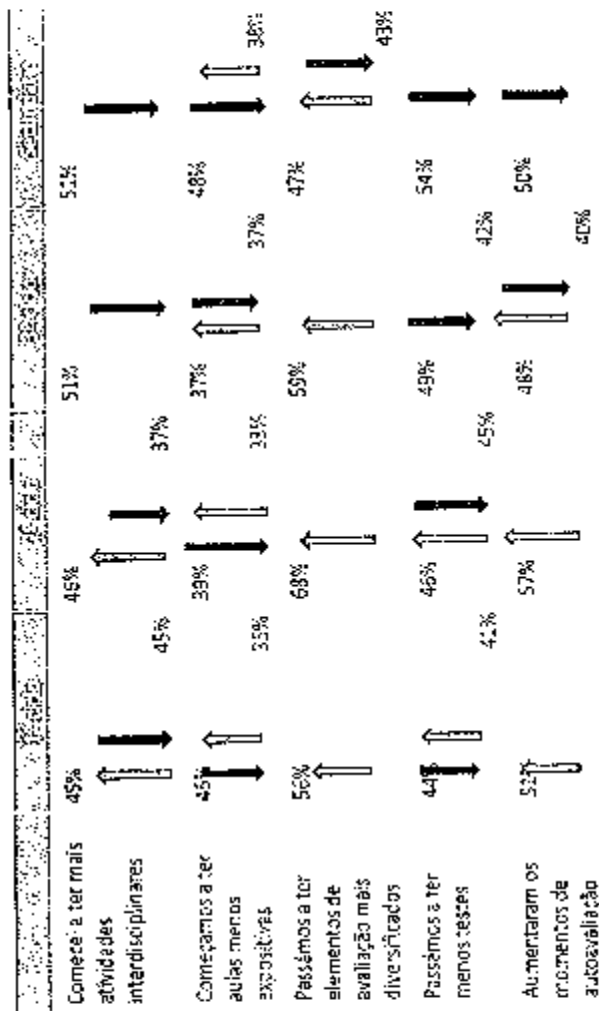
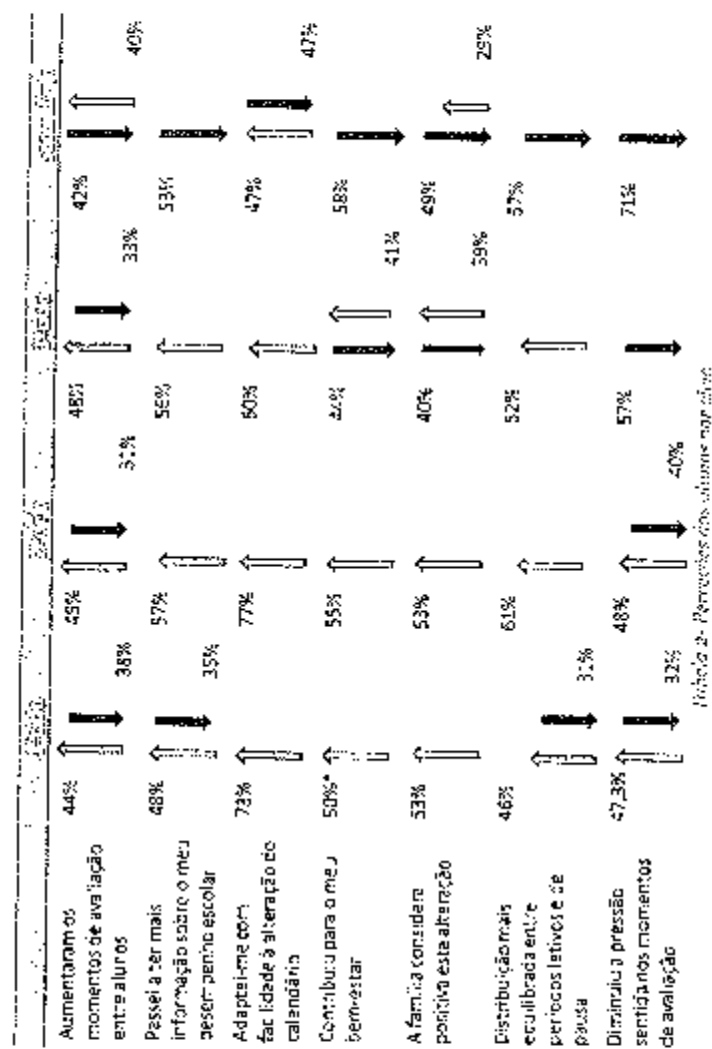


Tabela 1 - Percentuais dos alunos por eixo

ALUNOS



Fonte: 2- Perceções dos alunos

Perceção dos alunos

Sobre os efeitos da semestralidade na sensação de bem-estar, percebe-se que é ao nível do ensino secundário que a semestralidade parece ter menos efeitos na sensação de bem-estar, com a maioria dos alunos a não reconhecer efeitos positivos a esse nível.

Ensino secundário - a maioria dos alunos não reconhece efeitos positivos a nível do bem-estar e prefere a organização de três períodos letivos.



PROFESSORES

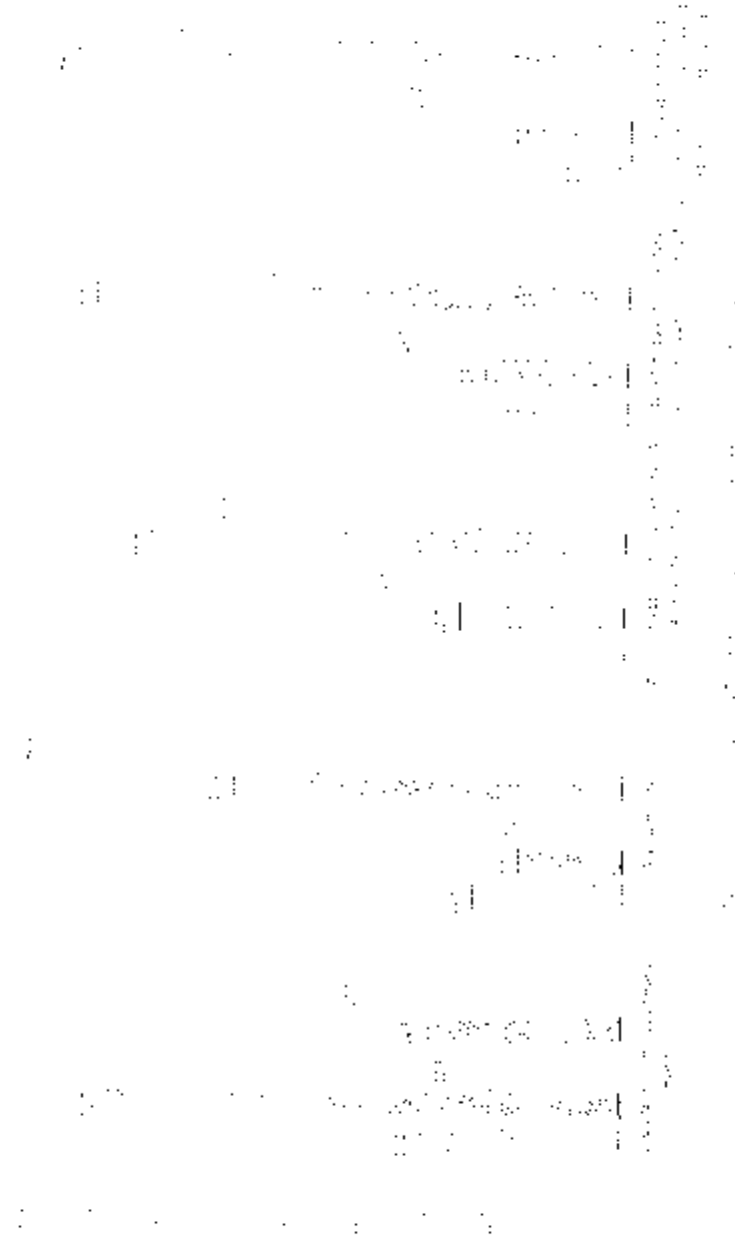
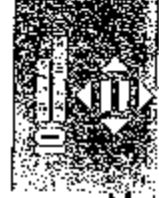
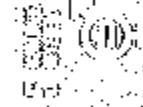


Gráfico 2 – Percepção dos professores sobre a adoção da semestralização



Percepção dos professores

Uma maioria expressiva dos professores aderiu à medida e considera que houve oportunidade para discussão entre pares sobre os efeitos desta medida na escola. A maioria dos professores revela ainda conhecer os objetivos subjacentes à adoção da semestralidade e considera que foi uma oportunidade para introduzir mudanças na gestão do currículo.

No entanto, os resultados revelam um corpo docente dividido nas suas posições relativamente aos benefícios da adoção da semestralidade.

PAIS EE

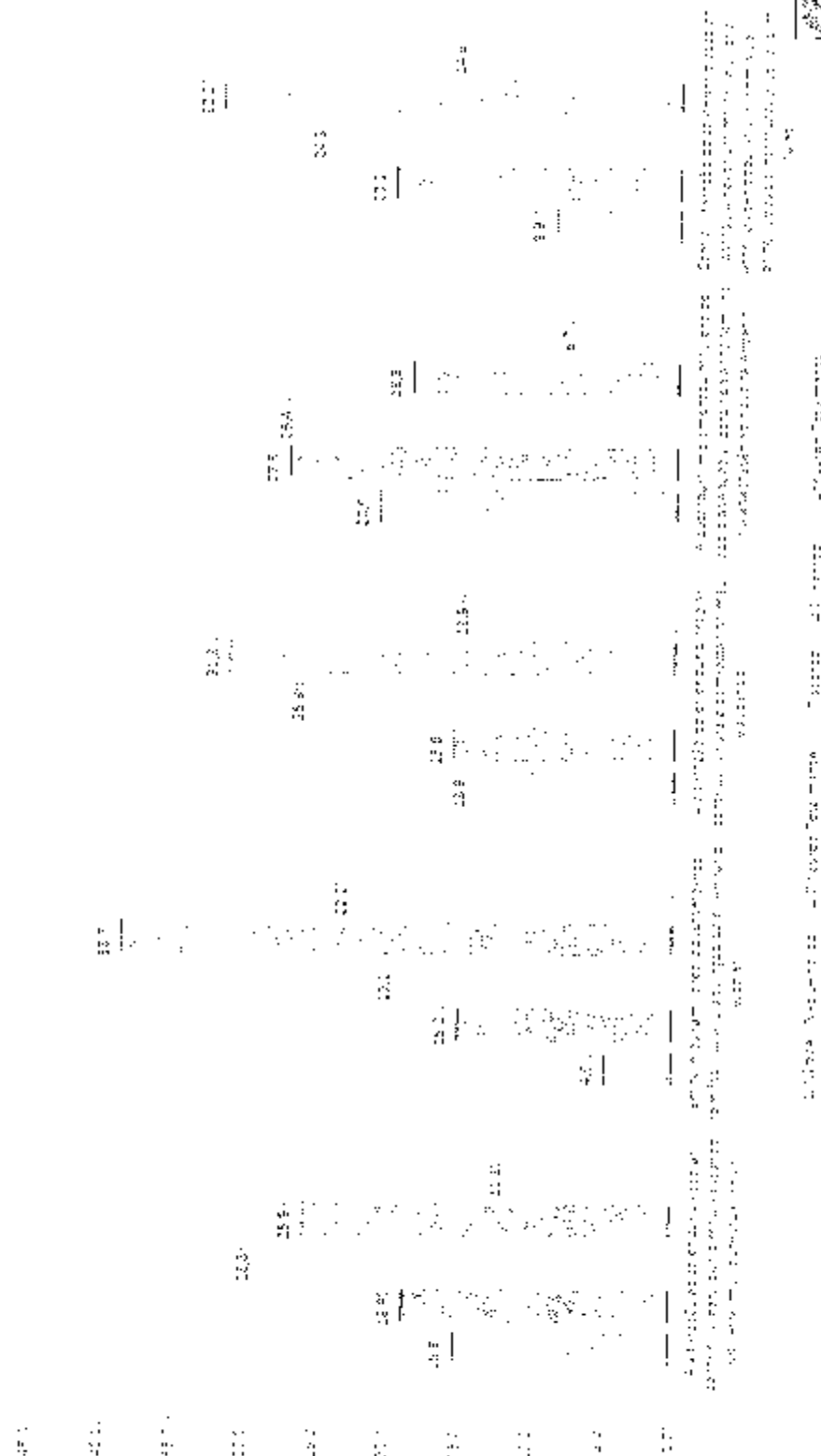


Gráfico 3 - Contributos da adoção da semestralidade para os pais

PAIS EEE

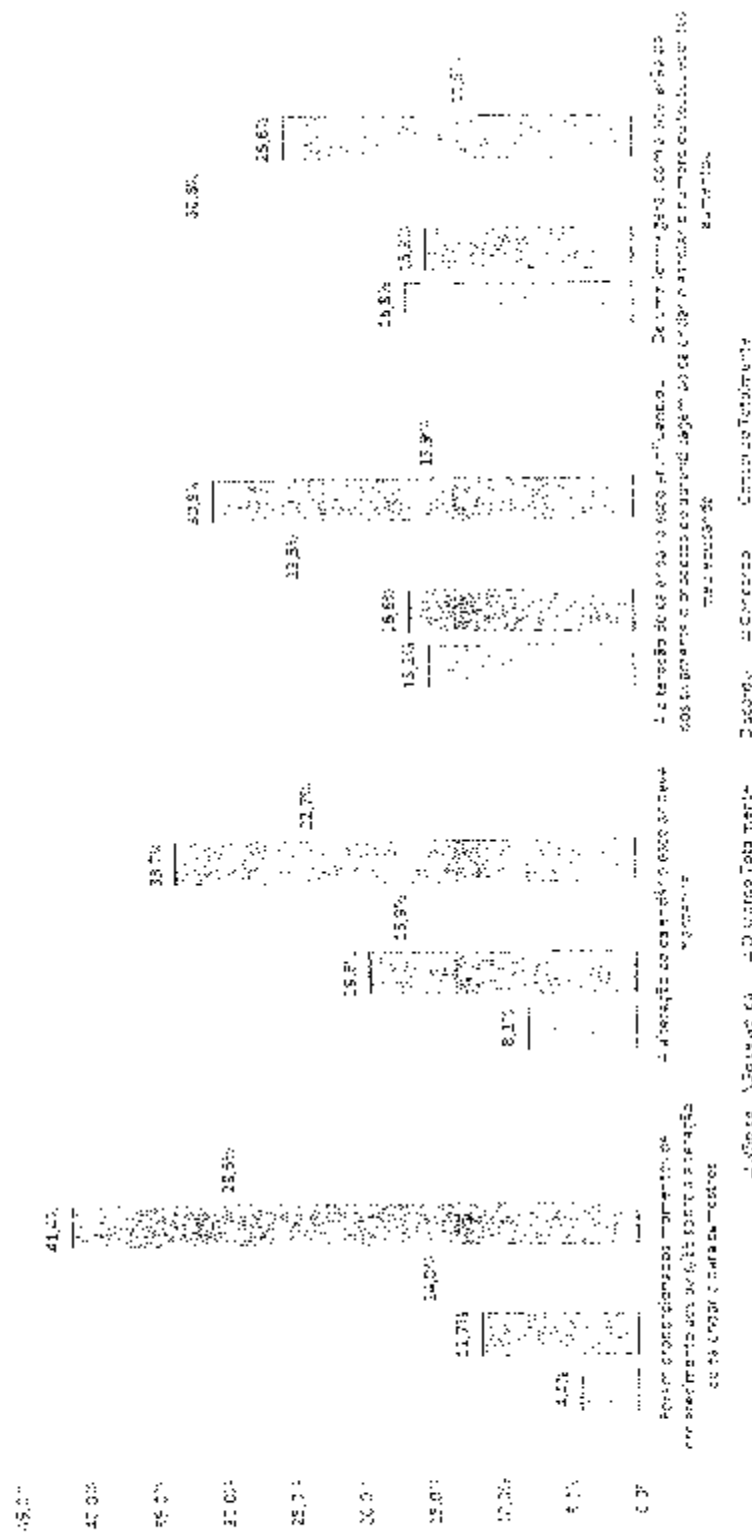


Gráfico 4 - Percepção dos pais sobre a adoção da semestralidade

Resultados da aplicação dos questionários aos pais

- opiniões divididas, embora a maioria seja favorável à manutenção da semestralidade; clivagem de percepções no que respeita à influência positiva nas aprendizagens, ao número de testes e sobretudo para a promoção dos educandos; maioria reconhece - ter-se adaptado facilmente ao novo calendário e maior equilíbrio entre os períodos letivos e não letivos.



Conclusões

De sublinhar a pouca maturidade do processo aquando da avaliação externa, considerando-se insuficiente o tempo decorrido (um ano letivo) para que os resultados obtidos possam influir numa decisão definitiva relativamente à manutenção ou não da organização semestral do calendário escolar.



Sobre o envolvimento dos diferentes stakeholders no processo

É evidente não existir grandes entraves por parte dos diferentes grupos de atores, sendo de realçar uma adesão maioritária por parte dos professores a esta medida.

No caso dos alunos, pode inferir-se existir uma maior desconfiança dos alunos dos 3.º ciclo e ensino secundário relativamente ao mérito da medida. Apesar dos resultados não terem permitido uma análise mais pormenorizada da posição das famílias face a esta matéria, estudos anteriormente citados corroboram a tendência do avolumar das preocupações relativas à semestralidade por parte de alunos e famílias, nos anos finais da escolaridade obrigatória.

Sobre os sistemas de apoio às famílias implementadas a nível municipal

Os resultados permitem avançar com a ideia de que a medida não terá trazido grandes transtornos à gestão do quotidiano das famílias, ou que os apoios existentes são suficientes e respondem às necessidades sentidas



Sobre as mudanças introduzidas na gestão curricular

– a articulação entre diferentes áreas disciplinares parece ainda não ser suficientemente explorada, evidenciando os resultados dispersão da posição de alunos e professores.



Sobre a vontade de manter o calendário por semestres

A comunidade educativa do Município de Loures encontra-se claramente dividida sobre a manutenção do calendário por semestres. Se há os que desejam manter a nova configuração, há também os que pretendem voltar à organização anterior. No caso dos alunos, a divisão é determinada pelo ciclo de escolaridade, com os alunos do 3.º ciclo e secundário a querer voltar ao calendário tradicional.

O pouco tempo decorrido entre a implementação da medida e os resultados ora apresentados aconselham a que exista precaução na tomada de decisão.



ENVOLVER, IMPULSIONAR E TRANSFORMAR

Avaliação e monitorização

Informação e partilha

TODOS OS ATORES

Alunos, Professores e Pais

EDUCAÇÃO NO CENTRO

Obrigada!!!



